

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v18i32.765>*POLÍTICAS DE AUSTERIDADE EM VELHAS ROUPAS PATRIÓTICAS: a ideologização na era Bolsonaro*¹*AUSTERITY POLICIES IN OLD PATRIOTIC CLOTHES: ideologization in the Bolsonaro era**POLÍTICAS DE AUSTERIDAD EN LA VIEJA ROPA PATRIÓTICA: la ideologización en la era Bolsonaro*VICTOR DE OLIVEIRA PINTO COELHO²ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3739-7748>

Doutor em História pela PUC-Rio

Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-História, Campus Pinheiro – CCHNST/UFMA e Programa de Pós-Graduação em História – PPGHis/UFMA

São Luís/Maranhão/Brasil

coelho.victor@ufma.br

Resumo: O artigo tem como objetivo uma análise do contexto político e econômico verificado no Brasil a partir de 2016, tendo como foco a ascensão de Jair Bolsonaro. Mais especificamente, pretendemos analisar a relação entre as políticas de austeridade e a ideologia da extrema-direita, para tanto, utilizamos a noção de ideologia como categoria teórica. Como hipótese, o discurso patriótico e antipetista teria um duplo aspecto: o de mistificar os aspectos antipopulares das medidas de austeridade, por um lado, e o de politizar as propostas de austeridade, potencializando certas polarizações ideológicas que envolvem temas como meritocracia, corrupção, Estado, nação e “vermelhos”, por outro. A conceitualização sobre a ideologia, assim, tem papel importante no sentido de fundamentar seu duplo aspecto de mistificação e proposição de sentido.

Palavras-chave: Ideologia. Austeridade. Antipetismo.

Abstract: The article aims to analyze the political and economic context in Brazil starting from 2016, focusing on the rise of Jair Bolsonaro. More specifically, we intend to analyze the relationship between austerity policies and the far-right ideology, using the notion of ideology as a theoretical category. Our hypothesis is that patriotic and anti-Worker’s Party discourse would have a twofold aspect: that of mystifying the antipopular aspects of austerity measures, on the one hand, and, on the other, of politicizing austerity measures, strengthening certain ideological polarizations involving themes such as meritocracy, corruption, State, nation and the "reds". Thus, the conceptualization of ideology plays an important role in grounding its double aspect of mystification and proposition of meaning.

Keywords: Ideology. Austerity. Antipetism.

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar el contexto político y económico en Brasil a partir de 2016, centrándose en el ascenso de Jair Bolsonaro. Más específicamente, pretendemos analizar la relación entre las políticas de austeridad y la ideología de extrema derecha, utilizando la noción de ideología como categoría teórica. Como hipótesis, el discurso patriótico y antipetista tendría un doble aspecto: mistificar los aspectos antipopulares de las medidas de austeridad, por un lado, y por otro, politizar las propuestas de austeridad, potenciar ciertos sesgos ideológicos que involucran temas como

¹ Artigo submetido à avaliação em maio de 2020 e aprovado para publicação em junho de 2021.

² Este artigo é resultado de projeto de pesquisa que conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, Edital Universal 2018.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 139-168. ISSN: 1808-8031

la meritocracia, la corrupción, Estado, nación y "rojos". La conceptualización de la ideología, por lo tanto, juega un papel importante en la base de su doble aspecto de mistificación y proposición de significado.

Palabras clave: Ideología. Austeridad. Antipetismo.

Introdução: a crise no Brasil

Os últimos anos vêm sendo muito conturbados para alguns países na América Latina, sendo o Brasil um deles, com a deposição, em 2016, da presidenta eleita em 2014, Dilma Rousseff, e a polêmica prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2018, quando liderava as pesquisas sobre voto para a eleição presidencial que se realizaria naquele ano – eleição essa que acabou resultando na vitória do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro. Houve, assim, na esfera do poder Executivo, uma evidente virada política, considerando-se os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Para além da esfera do comando político, o momento evidencia a importância de análises que focam o processo político, o jogo de poder, as estratégias discursivas, midiáticas e ideológicas, bem como de análises que visam a escrutinar fatores ou fundamentos socioeconômicos da crise política.

Desde 2015, num contexto de continuada recessão econômica e polarização ideológica, deve ser destacada a continuidade das análises e categorizações das diretrizes político-econômicas vigentes nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Se esse debate já vinha sendo realizado desde o primeiro mandato de Lula (2003-2006), com o golpe de 2016 se tornou mais imperativo a análise dos potenciais e, especialmente, dos limites das políticas econômicas do chamado “governo de coalização”. Mas aqui, a título de introdução, destaquemos o fato de que, mesmo entre análises mais críticas dos governos PT, reconhece-se que foram marcantes as políticas de transferência de renda ao longo dos governos de Lula e de Dilma Rousseff. Esse dado, contudo, é emblemático da discussão sobre os limites: mudou-se o governo, a sensação que se tem é da queda de um castelo de cartas. No início de outubro de 2019, analisando dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Marcio Pochmann constatou uma explosão da desigualdade de renda no país, “jamais identificada desde o ano de 1960”, destacando que o “[...] novo padrão de concentração de renda que emerge dos governos da segunda metade da década de 2010

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 139-168. ISSN: 1808-8031

transcorre de forma inédita, pois combina o decréscimo econômico com a desestruturação do mundo do trabalho e a elevação acelerada da pobreza”³.

O período entre 2003, início dos governos do PT, e 2013, início da crise política, foi marcado por um papel destacado do Estado no sentido de investimentos públicos, financiamento da produção, incentivo às exportações, busca de incremento nas opções de mercado externo, geração de emprego e transferência de renda. Desde antes da crise, havia mesmo uma controvérsia sobre o grau de diferenciação dos governos PT com relação ao governo anterior de Fernando Henrique Cardoso. Armando Boito Jr., por exemplo, caracteriza os governos PT como neodesenvolvimentistas, pois marcaram-se pelas medidas acima descritas, mas o prefixo “neo” denota os limites de um desenvolvimentismo “da época do capitalismo neoliberal” (BOITO JR., 2018, p. 16). Ou seja, com menor taxa de industrialização e de investimentos tecnológicos, além da menor organização e mobilização social, em comparação com aquela que ficou conhecida como “época populista” das décadas de 1950 e 1960. Já para Reinaldo Gonçalves houve um “desenvolvimentismo às avessas”: os governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, em termos estruturais, não se diferenciariam dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Para o autor, de 1995 em diante o Brasil teria se configurado enquanto “Modelo Liberal Periférico”, adequando-se passivamente ao contexto do processo de globalização econômica e ascensão do neoliberalismo. Macroeconomicamente, havia o tripé do câmbio flexível, juros altos (atrelados ao regime de meta da inflação) e foco na geração de superávit primário e, frente “[...] à expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capital, o país se liberalizou e desregulamentou sua economia nas esferas comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira” (GONÇALVES, 2013, p. 55). O autor aponta ainda o déficit estrutural nas contas externas, que relativizam os dados (em si) positivos da redução das taxas da dívida externa e a formação de reservas internacionais. Para Fernando A. M. Mattos e Natassia Nascimento, o obstáculo principal, que estabeleceu um limite nas políticas de redução da desigualdade de renda ao longo dos governos petistas, diz respeito a uma perpetuação da injustiça tributária no país – a tributação, no país, é regressiva, o que compensa, negativamente falando, o desempenho decorrente da renda do trabalho e dos programas sociais. Ou seja, se estes últimos dependem de desempenhos circunstanciais na economia e da

³ POCHMANN, Marcio. Brasil registra maior aumento da desigualdade social desde 1960. *Pragmatismo Político*, 1 out. 2019. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/10/cresce-desigualdade-de-renda-no-brasil.html>. Acesso em: 6 out. 2019.

decisão também circunstancial de governos implementarem políticas de distribuição de renda, a carga tributária, em sua natureza regressiva, é um fato mais estrutural, pois mantém-se inalterado enquanto política de Estado. De qualquer forma, no período em questão, o que se verifica

[...] é que de fato houve redução da desigualdade pessoal da renda [...]. Existe razoável consenso de que a redução recente da desigualdade foi determinada por fatores pertinentes à dinâmica do funcionamento do mercado de trabalho (retomada de um processo de formalização do trabalho, com ampliação do peso do emprego com carteira no conjunto da ocupação; redução do desemprego; desaceleração do número de entrantes no mercado de trabalho, tanto por motivos econômicos quanto também por razões demográficas) e também por elementos relacionados às transferências de renda ocorridas para as classes populares, na forma de programas como o Bolsa Família e outras transferências, principalmente os relacionados ao sistema previdenciário.

A ampliação do valor real do salário mínimo teve impacto positivo nestas duas vertentes (mercado de trabalho e transferência de renda via políticas públicas, cujos valores estão ancorados no salário mínimo). O que se debate, no momento atual, é qual o peso explicativo de cada um dos dois aspectos. (MATTOS; NASCIMENTO, 2019, p. 440-441).

Mesmo Reinaldo Gonçalves aponta o impacto positivo das políticas de transferência de renda, mas enfatizando que se deram num contexto em que o Brasil e a América Latina em geral se aproveitaram do bom momento da economia internacional, que para o Brasil em particular favoreceu suas exportações e os investimentos públicos, destacando-se assim na redução da desigualdade. Esse quadro durou até a crise mundial de 2008, que marcaria uma progressiva virada nos números (GONÇALVES, 2013, p. 147-163).

O final da primeira década do século XXI trouxe a crise econômica mundial e, na América Latina, como marca dramática da mudança de rumos, tivemos uma sequência de deposições de três chefes de Estado: em Honduras (2009), no Paraguai (2012) e no Brasil (2016), um elemento comum foi o fato de que eram governos de esquerda e foram depostos com a ativa e polêmica participação do poder Judiciário, referendando deposições que não obedeceram aos parâmetros de legalidade (ARAÚJO; PEREIRA, 2018). No Brasil, já em 2013, tivéramos as chamadas “jornadas de junho”, iniciadas pelo Movimento Passe Livre, com pauta popular, mas que logo se tornariam manifestações mais amplas contra o governo federal, encampadas pela grande mídia (inicialmente refratária à pauta do MPL), e o ano de 2014 traria o aprofundamento de um cenário de polarização política e de radicalismo antipetista⁴.

⁴ O ano de 2014, com o início da Operação Lava Jato e o segundo turno das eleições presidenciais – quando se opuseram novamente as candidaturas do PT e do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que

À parte, quais fossem as motivações difusas em jogo em 2013, destacaram-se apelos por mais serviços públicos, em especial saúde e educação. Dilma Rousseff, ainda no final de junho, veio a público para reconhecer a legitimidade das demandas:

O povo está agora nas ruas, dizendo que deseja que as mudanças continuem, que elas se ampliem, que elas ocorram ainda mais rápido. Ele está nos dizendo que quer mais cidadania, quer uma cidadania plena. As ruas estão nos dizendo que o país quer serviços públicos de qualidade, quer mecanismos mais eficientes de combate à corrupção que assegurem o bom uso do dinheiro público, quer uma representação política permeável à sociedade onde, como já disse antes, o cidadão e não o poder econômico esteja em primeiro lugar⁵.

A presidenta propôs um conjunto de medidas em torno, especialmente, das áreas de educação e saúde⁶. Da parte das propostas que foram efetivamente implementadas, destacaram-se o encaminhamento para o Congresso e aprovação do projeto de lei que destinava 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, prevendo ainda que 50% de todos os recursos do Fundo Social do Pré-Sal⁷ seriam destinados para os dois setores, e o programa “Mais Médicos”, que resultou na atração de vários profissionais cubanos ao Brasil, o que despertou resistências e críticas da classe médica, em questões envolvendo a validade do diploma e possivelmente preconceitos ideológicos.

A partir de 2016, após a deposição de Dilma Rousseff e focando-se aqui a dimensão das políticas públicas e diretrizes econômicas, assistimos à concretização acelerada de propostas de desregulamentação do mercado de trabalho e dos chamados “gastos”

polarizaram a disputa pelo poder Executivo federal desde a primeira eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994 –, foi marcado por uma radicalização do antipetismo e da própria polarização política.

⁵ Cf. DILMA anuncia cinco medidas em resposta às manifestações. *Portal G1*. 24 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/dilma-anuncia-cinco-medidas-em-resposta-manifestacoes.html> Acesso em: 4 out. 2019.

⁶ Dilma se encontrou com representantes do MPL com 53 governadores e prefeitos representando todos os estados brasileiros. Propôs então cinco pactos: ampliação da desoneração de impostos para o óleo diesel (que abastece os ônibus) e para a energia elétrica (usada nos trens), mais o investimento de R\$50 bilhões para obras de mobilidade urbana, como metrô e corredores de ônibus; realização de um plebiscito sobre a convocação de uma assembleia constituinte para tratar da reforma política; transformação do crime de corrupção em crime hediondo (com penas mais severas); na saúde, a contratação de médicos estrangeiros como medida emergencial para áreas mais remotas, dando, no entanto, prioridade a brasileiros, além da ampliação das vagas nas universidades e nos hospitais para médicos residentes, mais a construção de 800 hospitais pelo país; finalmente, para a educação, a destinação de 100% dos royalties do petróleo e de 50% dos recursos do pré-sal para a educação. A presidenta, por outro lado, também reafirmava o compromisso com a política de controle da inflação e dos gastos públicos (cf. DILMA anuncia cinco medidas em resposta às manifestações. *Portal G1*. 24 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/dilma-anuncia-cinco-medidas-em-resposta-manifestacoes.html> Acesso em: 4 out. 2019).

⁷ Camada de sal soterrada no fundo do mar que fez as vezes de tampão, propiciando que se tornassem petróleo os organismos microscópicos (zooplâncton e fitoplâncton) que se depositaram no mar primordial formado pelo afastamento dos atuais continentes africano e sul-americano. A camada foi anunciada em fins de 2006 pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e em 2008 confirmada pela empresa estatal brasileira Petrobras, que extraiu pela primeira vez petróleo da camada.

públicos. Em 2017, foi aprovada a reforma trabalhista, que ampliava a desregulamentação das relações e contratos de trabalho. Antes, ainda em 2016, o governo Michel Temer, que sucedeu o de Dilma, de quem era vice, encaminhou ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional que propôs a limitação dos gastos públicos durante 20 anos (PEC 241 na Câmara, depois PEC 55 no Senado). A PEC é duplamente assombrosa: pela definição de um limite de gastos do Estado na Constituição e o período de 20 anos, extrapolando bastante o período de um mandato presidencial no país (4 anos). Como complemento, o início do processo de desnacionalização do Pré-Sal.

Em 2018, o antipetismo foi liderado pelo candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro, que se candidatou pelo Partido Social Liberal, no qual se filiou naquele ano. Eleito, Bolsonaro, ex-capitão do Exército e deputado do “baixo clero” do Congresso ao longo de três décadas, trazia uma mistura de antipetismo radical e sua notória defesa da ditadura (1964-1985). Um dos resultados do “combate à ideologia” foi o rompimento com o programa Mais Médicos, embora houvessem critérios técnicos ou aparentemente técnicos como a questão do envio de parte dos salários dos médicos para Cuba (os médicos cubanos eram a imensa maioria dos estrangeiros que se dispuseram a trabalhar especialmente nas áreas mais remotas do país) e da polêmica em torno da validação do programa. A pressão do governo Bolsonaro fez com que Cuba anunciasse sua retirada do programa, o que foi seguido de promessa do governo Bolsonaro de implementar um programa alternativo. Já em seu discurso na ONU, em 24 de setembro de 2019, Bolsonaro fez referência ao Mais Médicos como “trabalho escravo” que estaria financiando a ditadura cubana e reascendeu mais uma vez a apologia à ditadura brasileira iniciada em 1964: “A história nos mostra que, já nos anos 60, agentes cubanos foram enviados a diversos países para colaborar com a implementação de ditaduras. Há poucas décadas tentaram mudar o regime brasileiro e de outros países da América Latina”⁸.

Bolsonaro chegou ao poder também com um programa ultraliberal, capitaneado pelo “Chicago boy” Paulo Guedes, anteriormente desconhecido dos debates públicos brasileiros, mas admirador do ditador Augusto Pinochet e das reformas neoliberais realizadas no Chile sob a bênção de Milton Friedman, período dentro do qual Guedes esteve no país⁹

⁸ Cf. CERIONI, Clara. Leia na íntegra o discurso de Bolsonaro na ONU. *Exame*, 24 set. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/leia-na-integra-o-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-da-onu/>. Acesso em: 14 out. 2019.

⁹ Cf. MONTES, Rocío. O laço de Paulo Guedes com os “Chicago boys” do Chile de Pinochet. *El País Brasil*, 31 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012_110097.html. Acesso em: 26 set. 2019.

(MONTES, 2018, p. 1). Nesse ínterim, no campo político, ainda tivemos a polêmica prisão do ex-presidente Lula, que liderava as pesquisas de opinião sobre a eleição presidencial. Posteriormente, a divulgação de conversas entre procuradores do MPF e o então juiz Sérgio Moro vazadas do aplicativo Instagram, divulgadas pelo portal *The Intercept Brasil*, jogaram mais lenha na fogueira da polarização política e nas desconfianças dirigidas ao sistema judiciário, mais especificamente, sobre o caráter político da prisão do ex-presidente.

Por fim, e mais fundamentalmente para o que pretendemos discutir no presente artigo, é importante destacar que um dos fundamentos do impeachment de Dilma, segundo palavras do próprio Michel Temer, era a efetivação do programa “Ponte para o Futuro” – programa elaborado pelo partido de Temer, o PMDB, que prescrevia medidas como desvinculação dos recursos da saúde e da educação, desindexação dos benefícios do salário mínimo, mudanças de idade para a aposentadoria, parecerias com setor privado, abertura comercial¹⁰. Ou seja, desde o lançamento desse programa, dissonante com o que foi proposto na chapa eleitora Dilma-Temer na eleição de 2014, até a emergência e posse de Paulo Guedes, com a completa ausência da chapa Bolsonaro-Mourão nos debates eleitorais em 2018¹¹, o país parece ter perdido completamente o rumo das políticas adotadas ao longo da década anterior.

Ressalte-se que a própria presidenta Dilma, ao montar seu ministério e definir as diretrizes econômicas de seu governo, desde que tomou posse no início de 2015, surpreendeu a todos por colocar, na prática, um programa mais condizente com o que havia sido proposto pelo candidato oponente, Aécio Neves (PSDB). De qualquer forma, como já colocado, desde 2016 viemos assistindo uma completa ruptura com o padrão anterior de equilíbrio (que se mostrou frágil a partir de 2013) entre, de um lado, medidas liberalizantes e incentivos a parcerias público-privadas e, de outro, investimentos públicos, políticas sociais e política externa afirmativa.

Nesse sentido, pretendemos analisar como a emergência da extrema-direita na política brasileira significou uma junção das políticas de austeridade, que ganharam força desde a crise de 2008, com uma ideologia apologética da ditadura, nacionalista e em guerra declarada contra “os vermelhos”. Contudo, longe de significar simplesmente um “retorno à

¹⁰ Cf. VIEIRA, Inacio. Michel Temer disse que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou “Ponte para o Futuro”. *The Intercept-Brasil*, 22 set. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em: 27 set. 2019.

¹¹ A campanha dessa chapa foi marcada por entrevistas selecionadas e impulsionamento de *fake news* e mensagens pelo aplicativo WhatsApp.

época da Guerra Fria”, um anacronismo¹², veremos como o antipetismo radical se articula com o que chamaremos de ideologia da austeridade na medida em que construiu novas polarizações, mobilizando noções com peso hegemônico mais recente como as de “empreendedorismo” e “meritocracia”.

A ideologia da austeridade

Segundo a análise feita por Deirdre N. MacCloskey, a Economia, como qualquer campo científico, foi marcada por princípios modernos da objetividade, que podemos resumir como distinção entre ciência e moral, entre demonstração positiva e busca de leis e crenças metafísicas, entre explanação de princípios demonstráveis e especulação. Predição e controle são os objetivos da ciência, e cientistas não teriam nada a dizer sobre valores. Mas, o fato é que o modernismo “[...] é influente na economia, mas não porque suas premissas tenham sido examinadas cuidadosamente e, assim, consideradas boas. É uma religião revelada, não fundamentada” (McCLOSKEY, 1983, p. 486)¹³. Para a autora¹⁴, há elementos de retórica no discurso dos economistas, que podem ser o recurso a argumentos de autoridade, como os próprios apelos à objetividade e à cientificidade e, também, elementos metafóricos, sendo que todos eles visam à persuasão. No caso das metáforas, longe de serem o oposto da cientificidade ou mero ornamento, são fundamentais para, através do recurso analógico, comparar modelos e servir de guia para o próprio conhecimento. Assim, como já dizia a autora, o reconhecimento e autoconsciência dos economistas sobre os elementos retóricos na ciência econômica seriam um ganho, e não um sinal de “irracionalidade”.

¹² Durante o 5º Congresso Brasileiro da Indústria de Máquinas e Equipamentos, realizado em São Paulo, o secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre da Costa, afirmou que uma série de políticas públicas – tais como a adoção de sistemas de controle como o e Social e Bloco K – estavam transformando o Brasil em um país socialista, e também que o crescimento do Brasil durante as décadas de 1950 e 1960 teriam sido interrompidas pelas mesmas tentativas de “levar o país para o socialismo” e o país teria sido salvo pelos militares. “A gente não pode ficar nessa disputa entre capitalismo versus socialismo dos anos 70”, afirmou a economista Cristina Fróes de Borja Reis, que foi aplaudida pela plateia ao criticar a fala do secretário. “Capitalismo versus socialismo, que conversa bizarra, arcaica”, disse o economista Paulo Rabello de Castro durante o debate (cf. CUCOLO, Eduardo. Fala de secretário da Economia sobre socialismo é chamada de “anacrônica” em evento da indústria. *Folha de São Paulo*, 30 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/fala-de-secretario-da-economia-sobre-socialismo-e-chamada-de-anacronica-em-evento-da-industria.shtml>. Acesso em: 1 out. 2019).

¹³ No original: “Modernism is influential in economics, but not because its premises have been examined carefully and found good. It is a revealed, not a reasoned, religion”.

¹⁴ Decidimos atualizar aqui o nome e gênero atuais da autora, em respeito à sua decisão de proceder à transição de gênero na década seguinte à escrita do artigo citado, mudando o primeiro nome de Donald para Deirdre.

Utilizadas por economistas ou políticos como forma de dar legitimidade e um caráter didático a suas plataformas político-econômicas, cada metáfora pode proporcionar esclarecimentos ou, pelo contrário, pode servir para simplificações abusivas que acabam por produzir mistificações. Como mostrou Augusto S. da Silva, elas foram utilizadas recentemente em Portugal como forma de legitimar as chamadas “políticas de austeridade”, que visam a controlar os “gastos públicos” em favor de uma disciplina fiscal para “sanar as contas públicas”. Como coloca o autor,

A metáfora constitui uma poderosa estratégia conceptual e discursiva para estruturar e dar sentido a questões de austeridade económica, política e social e para veicular propósitos ideológicos, emocionais e morais. Ela faz com que o discurso político e económico fortemente mediatizado das políticas e medidas de austeridade seja um discurso eficientemente persuasivo e manipulativo. Na verdade, a metáfora conceptual é constitutiva do discurso político e económico construído e disseminado pelos *media* e o seu poder cognitivo e persuasivo tem sido investigado em diversos estudos orientados na perspectiva da Linguística Cognitiva. (SILVA, 2015, p. 3, grifo do autor).

Assim, podemos dizer que as políticas de austeridade recorrem propriamente a *elementos de politização*. Para isso, “[...] são metonimicamente associadas a atributos e comportamentos dos seres humanos, quer positivos, como responsabilidade, disciplina, honestidade, capacidade de sacrifício, rigor, cumprimento, honra”; quer negativos, “[...] como irresponsabilidade, laxismo, obesidade, crueldade, despotismo, escravidão, humilhação, maldade, obsessão, loucura, cegueira”; são positivos no caso da aceitação das medidas de austeridade, quando, neste caso, pode-se “[...] ser uma pessoa responsável, disciplinada, honrada, cumpridora, patriótica, corajosa, abnegada, com espírito de sacrifício e bom aluno. Impor duras medidas de austeridade é ser uma pessoa severa, cruel, obsessiva, prepotente e déspota” (SILVA, 2015, p. 14-15). A austeridade foi conceitualizada “[...] como um ‘longo e penoso caminho’ necessário para que Portugal possa atingir as ‘metas de redução do déficit e da dívida’ acordadas com a Troika¹⁵ e, ainda, como força coerciva que obriga a ‘travar e reduzir o endividamento do Estado’. Mais emocionalmente”, expõe o autor, “[...] a austeridade é conceitualizada como ‘via de sentido único’ para sair da crise” (SILVA, 2015, p. 19). Destaquemos, em especial, a *metáfora da família*, que visa a criar uma equivalência entre o endividamento da economia nacional com a familiar, a gestão do orçamento do Estado com a gestão do orçamento doméstico.

¹⁵ Designação atribuída à equipe composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

Em ambos os casos, não podemos gastar mais do que o que temos, sob pena de termos uma dívida crescente. E em ambos os casos a despesa tem que ser cortada em tempos de crise. Um ex-ministro das Finanças e comentarista mediático (Medina Carreira) afirmou relativamente à economia portuguesa dos últimos 20 anos que “qualquer dona de casa teria feito melhor do que os governos que tivemos”. Esta é a *má metáfora*, como alerta o Nobel da Economia Paul Krugman, visto que o orçamento nacional não é como o orçamento familiar, nem gerir um país é como gerir uma casa [...]. Além disso, a metáfora da gestão da casa leva-nos a entender as causas e as soluções dos problemas da economia em termos de comportamento das famílias. (SILVA, 2015, p. 29).

No dia 31 de agosto de 2016, em seu primeiro pronunciamento como presidente do Brasil após a destituição de Dilma Rousseff, de quem era o vice-presidente, Michel Temer afirmou aos brasileiros que o “[...] governo é como sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor um limite para os gastos públicos”, referindo-se à PEC 241/55¹⁶. A metáfora da família endividada, portanto, serve para legitimar as políticas de controle do déficit público “[...] e todo o tipo de cortes na despesa pública, desde a redução de efetivos na função pública à forte redução ou desmantelamento dos serviços públicos e da segurança social” (SILVA, 2015, p. 30).

O caráter ideológico desse discurso, no sentido mistificador – sendo a outra dimensão, ou mais propriamente a outra face da ideologia um sentido ativo, como forma de dar uma interpretação e legitimar um caminho a ser seguido –, fica claro quando consideramos que a crise econômica que explodiu em 2008 foi causada pelos bancos e pelos mecanismos de financiamento, algo que, no espaço de cerca de dois anos, sofreu uma inversão retórica para ser compreendido como (causado por um) problema de finanças públicas, embora tenham sido os tesouros públicos dos Estados que salvaram os bancos da falência. “O resultado de toda esta recharacterização oportunista”, escreveu Mark Blyth, “[...] foi a maior operação de ‘propaganda enganosa’ da história moderna. O que eram essencialmente problemas de dívida do setor privado foi rebatizado como ‘a Dívida’ gerada por despesa pública ‘descontrolada’” (BLYTH, 2017, p. 115).

Nessa conjuntura, foram mobilizadas algumas “falácias da composição”, que são “[...] assertivas que atribuem ao todo a mesma propriedade que às partes que o integram” – por exemplo, em um estádio de futebol, “[...] é só ficar de pé para enxergar melhor. Salvo

¹⁶ Cf. GUIMARÃES, Cátia. Pronunciamento compara contas do Estado com economia doméstica. *Fiocruz*, 1 set. 2016. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/pronunciamento-compara-contas-do-estado-com-economia-domestica>. Acesso em: 17 set. 2019.

quando todos resolvem levantar-se. Nesse caso, todos perdem visão e conforto”, explicou Laura Carvalho (2018, p. 150). Assim, no caso da economia, “[...] essas falácias levam a falsas analogias entre o funcionamento de um agente econômico – uma família ou uma firma, por exemplo – e o sistema econômico como um todo”. Dessa forma, uma falácia conhecida diz que, se “[...] uma família resolve consumir menos, sua poupança será maior. Mas, se todas as famílias tomam a mesma decisão [...]”, explica a autora, “[...] caem a demanda agregada e a própria renda nacional, fazendo com que a poupança total não aumente” (CARVALHO, 2018, p. 150). Noutro exemplo, “[...] se todos pouparmos ao mesmo tempo não há consumo que estimule o investimento” – diz Blyth, mencionando o “paradoxo da poupança” tal como nomeado por Keynes – e, nesse sentido, na medida em que “não podemos ser todos austeros ao mesmo tempo” (já que isso faz contrair a economia para todos); pensar nos termos da ideologia da austeridade implica não colocar “[...] as questões distributivas importantes: quem paga a redução da dívida e o que acontece se todos tentarmos pagar as nossas dívidas ao mesmo tempo?” (BLYTH, 2017, p. 29). Para rebater esses argumentos, o autor demonstra então como uma metáfora, em vez de mistificadora, pode ser bem utilizada no sentido de esclarecer (em vez de obscurecer) questões complexas da economia nacional que não podem ser resumidas tomando-se, simplesmente, o exemplo de um núcleo familiar:

Os economistas tentem a ver as questões de distribuição como equivalentes a Bill Gates entrando num bar. Uma vez que ele entra todos que estiveram no bar são milionários porque o valor médio de todos os que lá estiverem é empurrado para cima. Por um lado, isto é estatisticamente verdadeiro e empiricamente insignificante; na realidade, não há milionários no bar, apenas um multimilionário e um punhado de outras pessoas que valem, cada uma delas, poucas dezenas de milhares de dólares. As políticas de austeridade sofrem da mesma ilusão estatística e distributiva porque os efeitos da austeridade são sentidos de forma diferente através da distribuição do rendimento. Os que estão na base da distribuição de renda perdem mais do que os que estão no topo pela simples razão de que os que estão no topo dependem menos de serviços produzidos pelo governo e podem dar-se o luxo de perder mais [serviços públicos] porque, desde logo, têm mais riqueza. (BLYTH, 2017, p. 29-30).

Para Laura Carvalho, a PEC 241/55, longe de ser um plano de ajuste ou agenda de crescimento, era um projeto de longo prazo de desmonte do Estado de bem-estar social brasileiro. No Brasil, o problema da austeridade se torna mais agudo pelo fato de que nossa sociedade nunca deixou de estar entre as mais desiguais do mundo e, aqui, como observa a autora, “[...] a opção por medidas de redução estrutural da rede de proteção social, em vez da

via da tributação mais justa e do fortalecimento do Estado de bem-estar social, reforça uma abordagem exclusivista e punitivista da marginalidade social” (CARVALHO, 2018, p. 160)¹⁷.

O desmantelamento do Estado de Bem-estar social, erigido na Europa após a catástrofe das duas grandes guerras mundiais, é a marca da década de 1980 e o sentido do termo *neoliberal*. A carga negativa desse termo foi só recentemente anulada dentro do *establishment* econômico num artigo escritos por três importantes economistas do Fundo Monetário Internacional e publicado em 2016 sob o título “Neoliberalism: Oversold?”. A repercussão começou pelo título, pois “a palavra ‘neoliberalismo’ até então era considerada um palavrão típico de maluco de palestra, desses que não devem entender nada de economia e de capitalismo”. Agora, os autores do artigo “[...] defendiam que, ao invés de estimular o crescimento, algumas políticas neoliberais teriam elevado a desigualdade, prejudicando uma expansão econômica duradoura” (CARVALHO, 2018, p. 155). De fato, como colocam Jonathan D. Ostry, Prakash Loungani e Davide Furceri, autores do referido artigo, as políticas de austeridade geram substanciais custos para o bem-estar (*welfare costs*) não apenas do lado da oferta, mas também prejudicam a demanda, piorando os índices de desemprego, sendo que os episódios de consolidação fiscal foram seguidos, na média, por quedas e não por expansão na produção, contribuindo para o aumento na desigualdade de renda (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016)¹⁸. No caso do Brasil, em artigo no jornal *Folha de São Paulo*, em setembro de 2019, Esther Dweck demonstra que a política de austeridade vinha causando não a recuperação, mas a retração econômica com aumento de desemprego e pobreza. A autora também mostrou que há uma relação entre o fraco desempenho macroeconômico, verificado desde 2015, e o corte de despesas públicas.

A ideia de que o governo precisa cortar gastos para voltar a crescer ganhou status de mantra. Argumentos falsos e mesmo um tanto infantis como

¹⁷ Fernando Mattos e Natassia Nascimento (2019), como já apontamos anteriormente, destacaram que, além do problema da instabilidade de nossa democracia, há um gargalo perene representando pela carga tributária regressiva. No mesmo sentido, Laura Carvalho coloca que, do ponto de vista do real ajuste das contas públicas e possível retorno dos investimentos, o Brasil necessitaria da reforma tributária para acabar com a absurda regressividade, que faz com que os ricos paguem menos impostos num país já historicamente marcado por desigualdades estruturais e persistentes. Além dela, também o fim das desonerações fiscais (que beneficiaram o caixa das empresas, mas não trouxeram o aumento de investimentos privados e postos de trabalho), o combate à sonegação de impostos e a abertura de espaço fiscal para a realização de investimentos em infraestrutura. Nada disso, como apontou a autora, aparecia nos planos de Meirelles, e tudo isso se manteve no plano do sucessor de Temer, o de Jair Bolsonaro, em seus dois primeiros anos de “governo”, inclusive a fidelidade à Proposta de Emenda Constitucional 241/55 que congelou os “gastos” públicos por 20 anos.

¹⁸ Como apontou Laura Carvalho, a ideia de que a regulação do trabalho e aquela, mais geral, que trata políticas públicas em geral como “gastos” – e, não, como investimentos – se enquadram na caracterização irônica feita por Paul Krugman, em 2011, sobre a ideia da defesa do corte de gastos públicos como solução para crise econômica. “Segundo Krugman, alguns governos pareciam acreditar que, se cortassem seus gastos, e só por isso, uma fadinha da confiança apareceria para recompensá-los com investimentos e gastos do setor privado, estimulando a economia” (CARVALHO, 2018, p. 134).

“acabou o dinheiro” e “o Brasil quebrou”, em conjunto com as frequentes comparações do Orçamento do governo com o orçamento de uma família têm promovido um ambiente que deixa pouco espaço para o debate qualificado.

Não, o país não quebrou. Não, o dinheiro não vai acabar enquanto o Estado puder exercer suas funções fiscais na sua própria moeda e alocar recursos a partir das escolhas da sociedade. (DWECK, 2019, p. 1).

Nesse ponto, podemos perceber duas facetas aparentemente contraditórias de um mesmo fenômeno. Primeiro, há como que um discurso ou representação aparentemente sem sujeito. Vimos, com Augusto S. da Silva, que metáforas da família foram utilizadas em Portugal antes mesmo da crise mundial de 2008, como forma de legitimar políticas de austeridade. No Brasil, já com o ajuste fiscal durante o governo Dilma, passando pela posse de Temer, em 2016, até 2019, há autores, além das citadas Laura Carvalho e Esther Dweck, que procuram contradizer essa metáfora¹⁹. Segundo, se olharmos com mais atenção, há justamente essa divisão entre, de um lado, (i) os agentes da enunciação e de legitimação, como é o caso especialmente da “Troika”, ao que podemos acrescentar os noticiários especializados em economia na grande mídia e, como veremos no próximo item, agentes empresariais e, de outro, (ii) autores que se definem ou escrevem a partir de um campo político à esquerda, tanto pela contestação do discurso do *establishment* econômico como pelo fato de que, em regra, os artigos e livros são publicados em portais e editoras caracterizadas por estarem no espectro da esquerda político-ideológica – definindo-se aqui por “esquerda”, no sentido lato, o campo político que tem como uma de suas distinções fundamentais a crítica às desigualdades sociais (BOBBIO, 1995).

Para a discussão proposta neste artigo, é preciso, pois, definir um conceito para categorizar criticamente nosso objeto de análise, ou seja, um discurso ou representação que visa a tornar equivalentes os não equivalentes – como o orçamento público e o orçamento doméstico/familiar, categorização essa que implica o uso do conceito e a atenção aos dados. Anteriormente, já mencionamos dois sentidos possíveis numa ideologia, um sentido

¹⁹ Cf. GUIMARÃES, Cátia. Por dentro (e por trás) do ajuste fiscal. *Fiocruz*, 13 nov. 2015. Disponível em: <http://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/reportagem/por-dentro-e-por-tras-do-ajuste-fiscal>. Acesso em: 17 set. 2019; POSE, Mirko. Economia política e falácias da agenda brasileira de ajustes. *Sul21*, 4 dez. 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2016/12/economia-politica-e-falacias-da-agenda-brasileira-de-ajustes-por-mirko-pose/>. Acesso em: 17 set. 2019; PORQUE é errado comparar o orçamento familiar ao orçamento público. [S.l.: s.n.], 2019. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal do Eduardo Moreira. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=742&v=9bbWSP-dOO0. Acesso em: 16 set. 2019; SICSÚ, João. Porque é uma falácia compara a economia doméstica com a do governo. *Carta Capital*, 1 set. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/porque-e-uma-falacia-comparar-a-economia-domestica-com-a-do-governo/>. Acesso em: 17 set. 2019.

“mistificador” e um sentido “ativo”, respectivamente como (i) mascaramento e obscurecimento de aspectos da realidade e (ii) uma forma interpretação do mundo (ou da economia, p. ex.) que é, ao mesmo tempo, um horizonte de sentido que serve como força norteadora. De certa maneira, o que podemos chamar de *ideologia da austeridade* possui em si as duas dimensões – e possivelmente toda ideologia as tem. Pode-se até especular se existiria mesmo alguma ideologia que não possuísse essa segunda dimensão – constatação que contradiz uma noção marxista específica, a de “falsa consciência”, ao menos numa versão “vulgar”. Sem entrar aqui no mérito dessa questão, a ideologia da austeridade possuiria, a partir do que já expusemos, tanto essa segunda dimensão (*definição de sentido*) – que estabelece diretrizes que são implementadas e estruturam as políticas econômicas dos países (bem como o noticiário de economia da grande mídia) –, como também aquela primeira (da *mistificação*), pois visa a obscurecer contradições que, se reveladas, contradiriam o sentido expresso em seu discurso – “como uma família responsável e unida, uma nação deve cuidar de suas contas”. Assim, concentremo-nos aqui nessa dimensão mistificadora.

Terry Eagleton estabeleceu uma categorização das teorizações marxistas sobre a ideologia a partir de duas linhagens que remetem a conceitos marxianos. Iremos nos concentrar aqui em desses enquadramentos do conceito de ideologia: aquele que se enraíza na categoria marxiana do valor de troca – as diferenças específicas entre os objetos são eliminadas na medida em que o valor de troca deriva não no uso (e natureza singular) dos objetos, mas na quantidade de trabalho exigida em sua fabricação e na mediação do dinheiro. Daí que, se

[...] esse princípio impera na economia capitalista, também é possível observá-lo em ação nas esferas mais altas da “superestrutura”. Na arena política da sociedade burguesa, todos os homens e mulheres são abstratamente iguais, como eleitores e cidadãos; mas essa equivalência teórica serve para mascarar suas desigualdades concretas na “sociedade civil”. [...] O mesmo se aplica às instituições jurídicas: todos são iguais perante a lei, mas isso apenas obscurece o modo como a própria lei, em última instância, fica do lado das classes abastadas. (EAGLETON, 1996, p. 200-201)²⁰.

²⁰ A primeira categoria de ideologia deriva das noções de fetichismo da mercadoria e de reificação. Num mundo configurado pelo capitalismo, o que haveria “[...] de especificamente ideológico na burguesia é sua incapacidade de apreender a estrutura da formação social como um todo, em virtude dos efeitos calamitosos da reificação”, que “[...] fragmenta e perturba nossa experiência social, de modo que, sob sua influência, esquecemos que a sociedade é um processo coletivo. Em vez disso, passamos a vê-la meramente como tal ou qual objeto ou instituição isolados” (EAGLETON, 1996, p. 181). À parte as nuances, problemas e questões discutidas pelo autor, cabe destacar aqui que a solução para a reificação seria o trabalho (simultaneamente teórico e ideológico) de totalização.

No contexto brasileiro recente, a partir do que já foi exposto, a metáfora da família teria por função a mistificação das contradições não apenas por evocar as famílias da nação lidando com o problema objetivo de suas contas domésticas, mas pelo sentido ideal de uma família – a “família nacional” – unida na adversidade. Mas, é preciso acrescentar, que a unidade da própria ideologia, na medida em que se constitui como uma articulação discursiva, um sistema de representações, deve ser garantida por algum núcleo articulador. Na medida em que a austeridade visa a cortar gastos onde eles seriam mais necessários, do ponto de vista das reduções das desigualdades, é óbvio que não se trata apenas de uma escolha técnica, embora o discurso seja o da tecnicidade. Vimos que, em Portugal, a metáfora da família foi utilizada como forma de construção de pares antitéticos. No Brasil, como pretendemos mostrar, a ideologia da austeridade articula-se com o apelo ao patriotismo, que se nutre de um anticomunismo renovado enquanto antipetismo e pauta moralista conservadora, contexto em que a politização se torna mais aguda, pois gira em torno do núcleo “amigo-inimigo”.

A agenda neoliberal cavalga no cavalo patriótico

Apesar de as previsões otimistas “do mercado”, ou seja, de seus agentes “técnicos” terem se mostrado falhas quanto aos efeitos da reforma trabalhista²¹, o ano de 2019 traria de volta para o Brasil a agenda da reforma da Previdência Social guiada pelos profetas da recuperação econômica. Já antes, em janeiro de 2018, em Davos, o então presidente

²¹ Em outubro de 2017, o ministro da Fazenda do governo Michel Temer, Fernando Meirelles, afirmou que a reforma trabalhista, que passaria a vigorar no mês seguinte, geraria “[...] mais de seis milhões de empregos no Brasil” (cf. MARTELLO, Alexandre. Nova lei trabalhista deve gerar mais de 6 milhões de empregos, diz Meirelles. *GI*, Economia, 30 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/nova-lei-trabalhista-vai-gerar-mais-de-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2019). Em abril de 2019, segundo análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em quase um ano e meio da vigência da reforma trabalhista, a taxa de desemprego oscilou de 12,2% para 12,4% e a porcentagem de pessoas desalentadas – que desistiram de buscar ocupação – pulou de 3,9% para 4,3% (cf. BALDEZ, Lucas. Por que (sic) a reforma trabalhista não reduziu o desemprego. *Terra*, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/entenda-por-que-a-reforma-trabalhista-nao-reduziu-o-desemprego,ff2cb08148d5d29c20dbc24fabe3c37drfxje8i7.html>. Acesso em 28 ago. 2019). Em entrevista dada em agosto de 2019, a economista Caroline Gonçalves apontou a tendência de precarização do trabalho devido ao rebaixamento dos salários e inseguranças para os trabalhadores. Se o argumento da reforma era formalizar os trabalhos informais, o que se verificava é que a rotatividade (em jornadas intermitentes), se por um lado se fazia presente ainda majoritariamente no setor de serviços (48,4%) e de comércio (28,1%), por outro lado já chegava também na indústria de transformação, que foi o setor que mais demitiu do que contratou em 2017. “Esse é um setor extremamente formalizado, então o que está havendo é uma rotatividade, uma substituição. Estão demitindo os formais para contratar intermitente” (cf. MENDONÇA, Heloísa. 2 em cada 10 novas vagas no Brasil já oferecem trabalho por dias ou horas. *El País Brasil*, Economia, 18 ago. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/16/economia/1565912666_363357.html. Acesso em 28 ago. 2019).

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 139-168. ISSN: 1808-8031

Michel Temer declarou que “não há alternativa à agenda de reformas”²², tendo o Brasil feito a reforma trabalhista e a da Previdência era recolocada na linha de frente. Contudo, não havia um amplo consenso sobre o déficit da Previdência nem como sobre qual modelo de reforma a fazer, além da ausência de uma reforma tributária que diminuísse a injustiça tributária; “não há alternativa” foi repetido pelo ministro da economia do governo Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, em maio de 2019, sobre o mesmo assunto da reforma da Previdência²³.

Em abril, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), defendeu mudanças urgentes na previdência, algo que seria “[...] uma medida inadiável e imprescindível para o Brasil voltar a crescer” – e não importa que, pela própria natureza da Previdência, os efeitos, mesmo se fossem positivos, só seriam sentidos, obviamente, no futuro. Além de apelos a respeito de supostos benefícios sociais (que contrariam quaisquer análises sérias sobre seus efeitos, à parte o único dado objetivo sobre a tendência de envelhecimento da população), o apelo dessa vez foi ao patriotismo: “O destino da Nação e das futuras gerações está nas mãos do Congresso Nacional. Confiamos no patriotismo e no bom senso dos parlamentares, que certamente irão aprovar uma Previdência justa e sustentável. O Brasil não pode esperar!”²⁴.

Da mesma forma que a metáfora da família, o apelo patriótico parece servir para estabelecer uma falsa ideia de harmonização. E essa ideia terá tanto mais força mobilizadora quanto mais se colocar como uma luta existencial. Durante sua campanha presidencial, em 2018, Jair Bolsonaro prometia combater “os petistas” e “os vermelhos” e defendera também uma “carteira de trabalho verde e amarela”, com a ideia de “menos direitos e mais trabalho”. No início de 2019, em sua primeira entrevista como presidente eleito, Bolsonaro defendeu o aprofundamento da reforma trabalhista aprovada durante o governo de Temer. “O Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos²⁵. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista”, afirmou aos jornalistas do canal

²² Cf. MAZUI, Guilherme. Em Davos, Temer afirma que governo vai “batalhar dia e noite” para aprovar a reforma da Previdência. *GI*, Brasília, DF, 14 jan. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/em-davos-temer-afirma-que-governo-vai-batalhar-dia-e-noite-para-aprovar-a-reforma-da-previdencia.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2019.

²³ Cf. REFORMA protegerá os mais jovens, afirma o ministro Paulo Guedes. Segundo o chefe da equipe econômica, capturado pelas corporações, modelo atual de aposentadorias quebrou. *Correio Braziliense*, 30 maio 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxoyt7ox>. Acesso em: 22 out. 2019.

²⁴ Cf. REFORMA da Previdência: o Brasil não pode esperar! *Agência CNI de Notícias*. 2 abr. 2019. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/reforma-da-previdencia-o-brasil-nao-pode-esperar>. Acesso em: 29 ago. 2019.

²⁵ “Nos EUA não há direitos” se tornou, nessa conjuntura ideológica atual, uma pequena e importante parte do mito liberal brasileiro.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 139-168. ISSN: 1808-8031

televisivo SBT²⁶. Em dezembro de 2018, já eleito, Bolsonaro era incisivo ao dizer que a legislação trabalhista teria que “se aproximar da informalidade” para que empregos fossem gerados, falou sobre o “tormento” que era ser patrão no país, e reafirmou essas ideias na entrevista, na qual, ao final, fez novos ataques ao Ministério Público do Trabalho – cujas atribuições incluem fiscalizar o trabalho em condições análogas à escravidão, o trabalho infantil e demais regularidades. “O Ministério Público do Trabalho. Pelo amor de Deus, se tiver clima a gente resolve esse problema [de ‘excessos de direitos’]”²⁷. Na referida entrevista ao SBT, já presidente, Bolsonaro elucubrou: “Eu não quero, eu podia ter uma microempresa com cinco funcionários. Não tenho por que? Eu sei das consequências depois se o meu negócio der errado, se eu mandar alguém embora, entre outras coisas. Devemos mudar isso daí”²⁸.

Assim, ligada a uma agenda ultraliberal, segundo a qual os direitos trabalhistas seriam um estorvo para a atividade econômica, Bolsonaro apelaria também para a ideia de “acabar com privilégios” e incentivar a “meritocracia”. Em um de seus discursos de posse, no Palácio do Planalto, sintetizou:

A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidários devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda Nação. Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar. O brasileiro pode e deve sonhar. Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia²⁹.

No dia do trabalho, Bolsonaro fez um curto discurso em que opunha liberdade econômica ao controle e fiscalização do Estado. Fazendo apelo também ao ideal da “meritocracia” e sem fazer referência ao problema do desemprego, proclamou seu “compromisso com a plena liberdade econômica, única maneira de proporcionar, por mérito próprio e sem interferência do Estado o engrandecimento de cada cidadão”³⁰.

²⁶ Cf. ALESSI, Gil. Bolsonaro: Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista. *El País Brasil*, São Paulo, 4 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714_377475.html Acesso em: 28 ago. 2019.

²⁷ Cf. ALESSI, Gil. Bolsonaro: Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista. *El País Brasil*, São Paulo, 4 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714_377475.html Acesso em: 28 ago. 2019.

²⁸ Cf. ALESSI, Gil. Bolsonaro: Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista. *El País Brasil*, São Paulo, 4 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714_377475.html Acesso em: 28 ago. 2019.

²⁹ Cf. LEIA a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. *Veja*, 1 jan. 2019a, disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 19 set. 2019.

³⁰ Cf. BOLSONARO diz no Dia do Trabalho que o governo tem compromisso com a “plena liberdade econômica”. *GI*, 1 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/01/bolsonaro-diz->

Além disso, em dezembro de 2018, quando reclamava do “excesso de direitos”, afirmou que “[...] quem produz [acaba] sendo vítimas (sic) de ações de uma minoria, mas de uma minoria atuante”³¹. Nesse ponto, a agenda ultraliberal é articulada com a ideologia do “combate à ideologia” e aos “interesses partidarizados”. Como enfatizou em seu discurso de posse, no Congresso Nacional: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas”. No Palácio do Planalto, enfatizou:

Graças a vocês, conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente. Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, restabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil³².

Esse discurso sobre uma “minoria atuante” e sua relação com “militância comunista” foi repetido em junho de 2019 por Luciano Hang, um dos empresários que mais se envolveram na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro e que abraçara o lema “Conservador nos costumes, liberal nos negócios”. Por ocasião da reunião de mais de 300 empresários com o objetivo de anunciar o lançamento de um instituto próprio (Instituto Brasil 200)³³, o proprietário da loja de departamentos Havan declarou que o “[...] maior problema do Brasil é a educação que tem um viés comunista” e criticou especificamente as ciências humanas, dizendo que “[...] faculdades de exatas preparam empreendedores e deveriam ser priorizadas,

[no-dia-do-trabalho-que-governo-tem-compromisso-com-a-plena-liberdade-economica.ghtml](#). Acesso em: 20 set. 2019.

³¹ Cf. ALESSI, Gil. Bolsonaro: Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista. *El País Brasil*, São Paulo, 4 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714_377475.html Acesso em: 28 ago. 2019.

³² Cf. LEIA a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. *Veja*, 1 jan. 2019a, disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 19 set. 2019.

³³ Presidido por Gabriel Kanner, ex-executivo da Riachuelo e sobrinho de Flávio Rocha, dono da rede, que também aderiu à iniciativa, o instituto ainda inclui os proprietários da Havan (Luciano Hang), Polishop (João Appolinário), Bio Ritmo (Edgard Corona), Centauro (Sebastião Bomfim), Galápagos Capital Gestora de Fundos (Marcelo Pessoa) e Gocil (Washington Cinel). Estima-se que o faturamento dessas empresas some 40 bilhões de reais. “Queremos assumir um maior protagonismo político e furar os canais de lobby empresarial, com uma linha direta com o governo, explica Kanner” (cf. SOARES, Ana Carolina. Conheça os empresários que apoiam Bolsonaro. *Veja*, São Paulo, 21 jun. 2019. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/terracopaulistano/empresarios-bolsonaristas/>. Acesso em 14 set. 2019).

em vez de cursos pouco funcionais, como filosofia e história. Praticamente não contrato gente formada em sociologia e outras faculdades marxistas”³⁴.

Universidades e a ciência de uma maneira geral são, assim, relacionadas à ideia de “militância esquerdista” ou simplesmente “militância ideológica” – essa relação foi constantemente afirmada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, que se notabilizou por justificar o início da retenção da verba para as universidades federais com a justificativa de frear nela a “balbúrdia” na forma de “eventos políticos”, “manifestações partidárias” e “festas inadequadas”³⁵. No jogo de associações, a figura da “militância ideológica” acaba recaindo sobre o tema do Estado: este, agora, deve ser diminuído não só para o bem da economia, dos negócios e do “empreendedorismo”, como também para se acabar com os privilégios e com a “ideologização”, ou mesmo com a “partidarização”. Essa relação aparece em trecho do discurso de posse do presidente eleito Jair Bolsonaro como já destacamos.

No sentido que já fora categorizado por Laclau (1978), tratar-se-ia aqui de um tipo de interpelação popular (isto é, dirigida ao “povo” em geral) como um conjunto sintético-antagônico que organiza os elementos em torno de um eixo comum ao mesmo tempo em que projeta para “fora” os elementos indesejáveis. Temos, por um lado, a lógica schmittiana da polarização amigo-inimigo como forma de organizar a Ordem através da lógica do “nós contra eles” (SCHMITT, 1992), que no contexto atual volta a ser a da “nação contra os vermelhos corruptos”; por outro lado, há uma resignificação de elementos-chave tais como o apelo ao “povo” e a luta contra os privilégios que, no bolsonarismo, adquire a forma da luta da “nação” e da “meritocracia” contra as “minorias atuantes”, o “estatismo” e a “ideologia”.

Assim, se temos um tipo de discurso que articula temas próprios das políticas de austeridade com aqueles do patriotismo anticomunista (agora, “antipetista”), haveria como “decantar” os motivos próprios da austeridade para analisar se, independentemente do antipetismo, significariam de fato uma agenda popular? Isso nos leva a abordar, brevemente, pesquisas relacionadas à ascensão da extrema-direita no Brasil, no que diz respeito ao ideário dos manifestantes que se mobilizaram contra o governo do Partido dos Trabalhadores.

Para o economista Marc Morgan tanto a classe média quanto os estratos populares sentiram os efeitos da crise detonada a partir de 2013 – cenário de retração econômica e queda

³⁴ Cf. SOARES, Ana Carolina. Conheça os empresários que apoiam Bolsonaro. *Veja*, São Paulo, 21 jun. 2019. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/terraco-paulistano/empresarios-bolsonaristas/>. Acesso em 14 set. 2019.

³⁵ Cf. UNIVERSIDADES com “balbúrdia” terão verbas reduzidas, diz Weintraub. *Veja*, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>. Acesso em: 19 set. 2019.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 139-168. ISSN: 1808-8031

proporcional dos empregos que exigiam maior qualificação³⁶. Contudo, frisa também que houve um predomínio do antipetismo nas classes médias, nas quais o tema da corrupção ganhou caráter mais explosivo. Nesse cenário, o que importa destacar é como uma ideologia de cunho liberal e antiesquerdista soube capitalizar a crise, em parte, a seu favor. O limite do discurso de direita é justamente o limite da popularidade da ideia de “Estado mínimo”.

Márcio Moretto Ribeiro, em sua pesquisa sobre antipetismo e conservadorismo no Facebook, analisou discussões em grupos de direita – como o Movimento Brasil Livre (MBL) – e percebeu que as pautas morais, em torno de temas sexuais ou relacionados ao espectro da “bandagem”, são dirigidos à figura dos “esquerdopatas”, que “são os inimigos”, que mantém “a população ignorante e refém de programas sociais que perpetuam políticos corruptos no poder” e, nesse sentido, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva seria “[...] o chefe dessa quadrilha que tem o controle do Judiciário, pois nomeou os ministros do STF, e dos movimentos sociais e sindicatos” (RIBEIRO, 2018, p. 89-90). Por outro lado, o autor relembra que algumas pesquisas de opinião durante as manifestações contra o governo de Dilma Rousseff mostraram que, “[...] contrariando a proposta de suas lideranças, a grande maioria dos manifestantes [...]” se colocava “[...] a favor de serviços públicos e gratuitos” (RIBEIRO, 2018, p. 87-88). Uma pesquisa realizada em conjunto pela Oxfam Brasil e Instituto Datafolha, divulgada no primeiro semestre de 2019, constatou que “mais de 80% dos brasileiros consideram que é obrigação do Estado diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres; 75% concordam que as escolas públicas de ensino fundamental e médio são direito de todos; e 73% defendem o atendimento universal em postos e hospitais”³⁷.

Sem que a exposição detalhada dessas pesquisas seja nosso objetivo aqui, cabe remeter ao artigo de Gustavo Firmino (2017), que aponta que, mesmo entre os manifestantes antipetistas, havia apoio massivo à gratuidade de políticas públicas em torno especialmente da educação e da saúde e, em geral, o aspecto liberal de suas motivações tem mais a ver com a ideia de meritocracia, que fundamenta tanto as críticas distorcidas sobre certos programas sociais (como de transferência de renda ou de cotas nas universidades) quanto a pauta anticorrupção. Esta última, em especial, parece ter sido decisiva para a efetivação da política

³⁶ Cf. CANZIAN, Fernando. Dinâmica da desigualdade ajuda a explicar vitória de Bolsonaro, diz economista (entrevista com Marc Morgan). *Folha de São Paulo*, 22 ago. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/dinamica-da-desigualdade-ajuda-a-explicar-vitoria-de-bolsonaro-diz-economista.shtml?loggedpaywall#_=_. Acesso em: 24 set. 2019.

³⁷ Cf. ANJOS, Anna Beatriz. Brasileiros não querem “Estado mínimo”, diz cientista político (entrevista com Rafael Georges). *Agência Pública*, 10 abr. 2019. Disponível em: https://apublica.org/2019/04/brasileiros-nao-querem-estado-minimo-diz-cientista-politico/?fbclid=IwAR3W0d_Nb4NFywr-1qOumA3f22-rhdeydRoeqYM7RyidKnLaE1DWj5o6Mow. Acesso em: 27 set. 2019.

de austeridade, tendo servido como força mobilizadora em torno do golpe de 2016 que tirou do poder o PT, sendo, portanto, parte importante do antipetismo que também mobilizou a pauta moralista dos costumes, reunida em torno da batalha contra a “ideologia de gênero”. A partir da pauta anticorrupção, em especial, legitimou-se a ideia da “necessidade do controle dos gastos” e da diminuição “do peso do Estado sobre a vida dos cidadãos” – possivelmente, como coloca Sávio Cavalcante (2018), por haver uma correspondência, em termos ideológicos (mais presente entre a classe média)³⁸, entre meritocracia, a noção de que a “lei é para todos” e a própria noção de serviços públicos como base impessoal para a livre disputa entre indivíduos.

Ressalte-se, aqui, a perspicácia e a eficiência ideológica de Bolsonaro, que foi expressa em seu discurso de posse no qual, como vimos, numa mesma passagem, afirmava que a “corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda Nação” e que “o” brasileiro pode sonhar “[...] com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe ser honesto e eficiente”³⁹.

Para além da classe média tradicional, como apontou a pesquisadora Esther Solano em entrevista dada em 2018 sobre o ideário de direita nas periferias, nesse estrato social muitos “[...] compraram a ideia de que o PT é o partido mais corrupto do Brasil”. Além disso, “[...] pessoas que foram beneficiadas por programas dos governos do PT que aumentaram seu poder de consumo e trabalho” agora “[...] fazem uma reelaboração da memória. Se enquadram na nova classe média, adotam um discurso mais conservador e dizem que não foram beneficiados por programas federais, mas pela lógica da meritocracia e do esforço”⁴⁰.

De qualquer forma, no caso dos serviços públicos e das distorções a respeito dos programas sociais, a forte divulgação midiática de casos e denúncias de corrupção teriam estimulado, como apontou Márcio Moretto Ribeiro, a relação entre governos petistas e corrupção e, para além dela, a associação entre corrupção e “tamanho do Estado”. Como colocou Rafael Georges, comentando a pesquisa Oxfam/Datafolha citada anteriormente a

³⁸ Para uma categorização sobre classe média, a partir dessa relação com ideologia da meritocracia e anticorrupção, ver o mesmo artigo citado: CAVALCANTE, 2018.

³⁹ Cf. LEIA a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. *Veja*, 1 jan. 2019a, disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 19 set. 2019.

⁴⁰ Cf. LUPION, Bruno. Por que há ex-eleitores de Lula que votam em Bolsonaro? (Entrevista com Esther Solano). *Deutsche Welle*, 3 out. 2018. Disponível em: <https://p.dw.com/p/35vIk>. Acesso em: 23 set. 2019.

respeito da percepção dos brasileiros sobre as desigualdades, a corrupção, embora tenha sido sempre parte da disputa partidária, não chegava a suplantar a agenda política e econômica em geral.

Quando a corrupção vem para o centro da discussão nacional por conta da Operação Lava-Jato, passa a ser usada política e ideologicamente. Esse segundo uso é mais perigoso, porque é empregado para justificar um projeto de país que não tem lastro, esse projeto [do “Estado mínimo”] que está agora em curso. Esse governo tem lastro eleitoral, não colocamos isso em xeque, mas o projeto liberalizante de redução do tamanho do Estado nunca teve lastro e não foi debatido nessas eleições⁴¹.

Como destacou também Sávio Cavalcante (2018, p. 114), pesquisas de opinião com manifestantes que pediam o impeachment de Dilma Rousseff apresentaram um *gap* entre suas demandas por serviços públicos e o programa de “Estado mínimo” das lideranças liberais, programa esse que passou a ser política oficial desde o lançamento do “Ponte para o Futuro”. A partir dessa contradição, não há como deixar de levantar a hipótese de que a pauta ideológica que unia anticorrupção e antipetismo teve (também) o efeito de mistificação, de ocultamento. Afirmar isso não implica trazer de volta a noção de “falsa consciência” ou de “superestrutura” (teoria do reflexo), pois no sentido aqui colocado as ideologias “[...] não são meros subprodutos inertes das contradições sociais, mas estratégias habilidosas para contê-las, administrá-las e resolvê-las imaginariamente” (EAGLETON, 1996, p. 210).

Daí que, quanto ao antipetismo, seja importante também o reavivamento da tradição anticomunista do país, que já conheceu duas grandes ondas entre 1935-1937 e entre 1961 e 1964 (MOTTA, 2002). Tal como no passado, acreditamos que o anticomunismo, agora como antipetismo, tem como função justamente o deslocamento das contradições sociais, enquanto contradições de classe, para uma contradição imaginária (mas mobilizadora) da “nação” contra o “comunismo”. Na radicalização e polarização política, a agenda neoliberal pode passar como se fosse um embate das energias simultaneamente nacionais e individuais contra o monstro do comunismo/petismo estatista e corrupto, mesmo que isso implicasse uma grotesca chantagem envolvendo os direitos sociais.

Assim, o caráter apaixonado dos apelos políticos não é um aspecto secundário que se poderia, sem contradição, suprimir. Embora haja gradações nessa passionalização, a dicotomia afetiva que percorre toda ideologia é irreduzível; a legitimação é, simultaneamente, apelo ao afeto, à confiança, à admiração, à identificação; a invalidação é, simultaneamente, apelo ao desafio, ao desprezo, ao ódio. Toda a energia das paixões pode ser

⁴¹ Cf. ANJOS, Anna Beatriz. Brasileiros não querem “Estado mínimo”, diz cientista político (entrevista com Rafael Georges). *Agência Pública*, 10 abr. 2019. Disponível em: https://apublica.org/2019/04/brasileiros-nao-querem-estado-minimo-diz-cientista-politico/?fbclid=IwAR3W0d_Nb4NFywr-1qOumA3f22-rhdeydRoeqYM7RyidKnLaE1DWj5o6Mow. Acesso em: 27 set. 2019.

investida no conflito ideológico e comunicar-lhe a mais extrema violência. (ANSART, 1978, p. 46).

Considerações finais

Argumentamos que a retomada da tradição anticomunista, agora na forma de antipetismo (com o termo “petista” sendo usado em geral, pela extrema-direita, como sinônimo de “esquerdista”), teria permitido mistificar a contradição de classe expressa nas políticas de austeridade. Nesse sentido, uma declaração do presidente do Itaú Unibanco, Candido Bracher, feita em julho de 2019, pelo seu grau de objetividade e sinceridade, veio dar uma configuração mais clara do caráter antissocial das medidas econômicas. Diferente do proprietário da Havan, o discurso contra a “doutrinação marxista” dá lugar apenas a constatações otimistas de que as declarações polêmicas de Bolsonaro (como negar validade à Comissão da Verdade, que apurou crimes da ditadura) “não atrapalham as reformas”, referindo-se, mais especificamente, à da Previdência, e refletiu: “É uma situação macroeconômica tão boa que eu nunca vi em minha carreira. Tem a questão fiscal, endereçada pela reforma da Previdência. Já a inflação está bem comportada e os juros estão estáveis há mais de um ano, com tendência de queda. E não temos dependência externa já faz um tempo”. E, concluiu, finalmente, “[...] o desemprego está em 12%, o que significa que podemos crescer sem criar pressão inflacionária”⁴².

Cabe lembrar, em primeiro lugar, que as promessas de melhora imediata da taxa de emprego, para aprovação da reforma trabalhista, não se concretizaram e, em segundo lugar, em 2015, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) constatou que o índice de aumento do desemprego era o pior em 11 anos (o pior desde 2004, um aumento de 38,1% em relação a 2014), a taxa de desemprego era de 9,6%, o que então já representava um número total 10 milhões de pessoas sem trabalho⁴³. Os 12%, na verdade 12,3% no primeiro trimestre de 2019, significavam 13 milhões de pessoas desempregadas⁴⁴. Mas, segundo o

⁴² Cf. DECLARAÇÕES de Bolsonaro não atrapalham reformas, diz presidente do Itaú. *IG*, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2019-07-30/declaracoes-de-bolsonaro-nao-atrapalham-reformas-diz-presidente-do-itaui.html>. Acesso em: 28 set. 2019.

⁴³ Cf. DESEMPREGO dispara em 38% em 2015 e é o pior em 11 anos, diz IBGE. *UOL*, 25 nov. 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/11/25/desemprego-atingiu-28-milhoes-de-pessoas-a-mais-em-2015-segundo-ibge.htm>. Acesso em: 28 set. 2019.

⁴⁴ No segundo trimestre de 2019, houve uma diminuição da taxa para 11,8%, mas o resultado foi puxado pela criação de vagas informais, sem carteira assinada, que bateram recorde no período e o país continuava com 12,6 milhões de desempregados (cf. DESEMPREGO cai e atinge 12,6 milhões, mas informalidade cresce. *UOL*, 27

cálculo do banqueiro, mais importante é o controle da taxa de inflação e a estabilidade, mesmo que à custa do desemprego, do desalento crescente e da informalização ou precarização do trabalho. Em abril de 2019, segundo o IBGE, em quase um ano e meio da vigência da reforma trabalhista, a porcentagem de pessoas desalentadas – que desistiram de buscar ocupação – pulou de 3,9% para 4,3%⁴⁵. Naquele mesmo mês de julho de 2019, o Itaú Unibanco anunciava seu programa de demissão voluntária (PDV). No comunicado enviado aos funcionários do banco, o Itaú Unibanco afirmava placidamente que o PDV tinha o “[...] objetivo de dar a oportunidade de uma *transição de carreira segura* para quem tem interesse em deixar a empresa e adequar nossas estruturas à realidade do mercado”⁴⁶. Simultaneamente a essas notícias, ficamos sabendo também que o lucro do banco no segundo trimestre de 2019 foi de pouco mais de 7 bilhões de reais, aumento de 10,2% em relação ao mesmo período do ano anterior⁴⁷. No geral, os bancos lucraram R\$109 bilhões de reais entre julho de 2018 e junho de 2019, o maior lucro nominal em 25 anos, desde o lançamento do Plano Real em 1994, sendo um valor 18,4% maior com relação ao período entre julho de 2017 e junho de 2018⁴⁸.

Enfim, o segundo semestre de 2019 trouxe ao país dados sobre o aprofundamento da desigualdade, e o tema do custo do transporte para o grosso da população, que foi o mote para o início das manifestações de rua em 2013, reapareceu: segundo pesquisa do IBGE, divulgada em meados de outubro, pela primeira vez desde a década de 1970 registrou-se um gasto maior com transporte que com comida – contra 14,2% de gastos com alimentação, 14,6% dos gastos mensais das famílias brasileiras em 2018 se relacionaram com transporte coletivo, compra de combustíveis ou de veículos⁴⁹. Também em outubro, o aumento dos preços do transporte público foi o estopim para amplas revoltas populares no Equador e no

set 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/27/desemprego-ibge-pnad-continua-mensal.htm>. Acesso em: 28 set. 2019).

⁴⁵ Cf. BALDEZ, Lucas. Por que (sic) a reforma trabalhista não reduziu o desemprego. *Terra*, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/entenda-por-que-a-reforma-trabalhista-nao-reduziu-o-desemprego,ff2cb08148d5d29c20dbc24fabe3c37drfxje8i7.html>. Acesso em: 28 ago. 2019.

⁴⁶ Cf. PROGRAMA de demissão voluntária do Itaú pode atingir até 6,9 mil funcionários. *O Globo*, 30 jul. 2019, grifo nosso. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/programa-de-demissao-voluntaria-do-ita-u-pode-atingir-ate-69-mil-funcionarios-23842809>. Acesso em: 28 set. 2019.

⁴⁷ Cf. BORG, Pedro. Itaú Unibanco anuncia lucro de R\$7 bilhões no segundo trimestre de 2019. *IstoÉ Dinheiro*, 27 jul. 2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/ita-u-unibanco-anuncia-lucro-de-r-7-bilhoes-no-segundo-trimestre-de-2019/>. Acesso em: 28 set. 2019.

⁴⁸ TEMÓTEO, Antonio. Bancos lucram R\$ 109 bilhões em 12 meses, maior valor em 25 anos, diz BC. *UOL*, 10 out. 2019. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/10/10/bancos-lucraram-r-109-bilhoes-ate-junho-de-2019-informou-bc.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 21 out. 2019.

⁴⁹ Cf. COSTA, Daiane; CAPETTI, Pedro. Pela primeira vez, gastos dos brasileiros com transporte superam os com alimentação. *O Globo*, 4 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pela-primeira-vez-gastos-dos-brasileiros-com-transporte-superam-os-com-alimentacao-23994372>. Acesso em: 10 out. 2019.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 139-168. ISSN: 1808-8031

Chile, que analistas já viam como revoltas contra o acúmulo de desigualdades no horizonte de contínua implementação de políticas neoliberais. A explosão da revolta popular no Chile, em especial, trazia preocupação especial ao Brasil da reforma da Previdência desejada por Temer e comandada finalmente por Guedes: em 2017, notícias já davam conta de que mais de 90% dos chilenos começavam a receber menos de um salário mínimo⁵⁰ (REVERBEL, 2017), fator esse que certamente é um dos principais componentes da revolta contra a desigualdade. Apesar das tentativas e dos debates acalorados em torno dos possíveis efeitos negativos da reforma, e apesar de a proposta de capitalização (implementada no Chile) ter sido retirada, Paulo Guedes ainda mantinha nos planos a inclusão da capitalização⁵¹.

Assim, se é certo que não é possível estar isento de ideologias, cabe saber com quais delas estamos lidando.

REFERÊNCIAS

Documentos

ALESSI, Gil. Bolsonaro: Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista. *El País Brasil*, São Paulo, 4 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714_377475.html Acesso em: 28 ago. 2019.

ANJOS, Anna Beatriz. Brasileiros não querem “Estado mínimo”, diz cientista político (entrevista com Rafael Georges). *Agência Pública*, 10 abr. 2019. Disponível em: https://apublica.org/2019/04/brasileiros-nao-querem-estado-minimo-diz-cientista-politico/?fbclid=IwAR3W0d_Nb4NFywr-1qOumA3f22-rhdeydRoeqYM7RyidKnLaE1DWj5o6Mow. Acesso em: 27 set. 2019.

BALDEZ, Lucas. Por que (sic) a reforma trabalhista não reduziu o desemprego. *Terra*, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/entenda-por-que-a-reforma-trabalhista-nao-reduziu-o-desemprego,ff2cb08148d5d29c20dbc24fabe3c37drfxje8i7.html>. Acesso em 28 ago. 2019.

BOLSONARO diz no Dia do Trabalho que o governo tem compromisso com a “plena liberdade econômica”. *GI*, 1 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/01/bolsonaro-diz-no-dia-do-trabalho-que-governo-tem-compromisso-com-a-plena-liberdade-economica.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2019.

⁵⁰ Cf. REVERBEL, Paula. Como é se aposentar no Chile, o 1º país a privatizar sua Previdência. *BBC Brasil*, 16 maio 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39931826>. Acesso em: 22 out. 2019.

⁵¹ Cf. GOVERNO ainda não desistiu de colocar plano de capitalização dentro da reforma da previdência. *Revista Fórum*, 20 out. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/governo-ainda-nao-desistiu-de-colocar-plano-de-capitalizacao-dentro-da-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 22 out. 2019.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 139-168. ISSN: 1808-8031

BORG, Pedro. Itaú Unibanco anuncia lucro de R\$7 bilhões no segundo trimestre de 2019. *IstoÉ Dinheiro*, 27 jul. 2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/itau-unibanco-anuncia-lucro-de-r-7-bilhoes-no-segundo-trimestre-de-2019/>. Acesso em: 28 set. 2019.

CANZIAN, Fernando. Dinâmica da desigualdade ajuda a explicar vitória de Bolsonaro, diz economista (entrevista com Marc Morgan). *Folha de São Paulo*, 22 ago. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/dinamica-da-desigualdade-ajuda-a-explicar-vitoria-de-bolsonaro-diz-economista.shtml?loggedpaywall#_=_. Acesso em: 24 set. 2019.

CERIONI, Clara. Leia na íntegra o discurso de Bolsonaro na ONU. *Exame*, 24 set. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/leia-na-integra-o-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-da-onu/>. Acesso em: 14 out. 2019.

COSTA, Daiane; CAPETTI, Pedro. Pela primeira vez, gastos dos brasileiros com transporte superam os com alimentação. *O Globo*, 4 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pela-primeira-vez-gastos-dos-brasileiros-com-transporte-superam-os-com-alimentacao-23994372>. Acesso em: 10 out. 2019.

CUCOLO, Eduardo. Fala de secretário da Economia sobre socialismo é chamada de “anacrônica” em evento da indústria. *Folha de São Paulo*, 30 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/fala-de-secretario-da-economia-sobre-socialismo-e-chamada-de-anacronica-em-evento-da-industria.shtml>. Acesso em: 1 out. 2019

DECLARAÇÕES de Bolsonaro não atrapalham reformas, diz presidente do Itaú. *IG*, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2019-07-30/declaracoes-de-bolsonaro-nao-atrapalham-reformas-diz-presidente-do-itau.html>. Acesso em: 28 set. 2019.

DESEMPREGO cai e atinge 12,6 milhões, mas informalidade cresce. *UOL*, 27 set 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/27/desemprego-ibge-pnad-continua-mensal.htm>. Acesso em: 28 set. 2019

DESEMPREGO dispara em 38% em 2015 e é o pior em 11 anos, diz IBGE. *UOL*, 25 nov. 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/11/25/desemprego-atingiu-28-milhoes-de-pessoas-a-mais-em-2015-segundo-ibge.htm>. Acesso em: 28 set. 2019.

DILMA anuncia cinco medidas em resposta às manifestações. *G1*, 24 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/dilma-anuncia-cinco-medidas-em-resposta-manifestacoes.html>. Acesso em: 4 out. 2019.

GOVERNO ainda não desistiu de colocar plano de capitalização dentro da reforma da previdência. *Revista Fórum*, 20 out. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/governo-ainda-nao-desistiu-de-colocar-plano-de-capitalizacao-dentro-da-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 22 out. 2019.

GUIMARÃES, Cátia. Por dentro (e por trás) do ajuste fiscal. *Fiocruz*, 13 nov. 2015. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/por-dentro-e-por-tras-do-ajuste-fiscal>. Acesso em: 17 set. 2019.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 139-168. ISSN: 1808-8031

GUIMARÃES, Cátia. Pronunciamento compara contas do Estado com economia doméstica. *Fiocruz*, 1 set. 2016. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/pronunciamento-compara-contas-do-estado-com-economia-domestica>. Acesso em: 17 set. 2019.

LEIA a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. *Veja*, 1 jan. 2019a, disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 19 set. 2019.

LUPION, Bruno. Por que há ex-eleitores de Lula que votam em Bolsonaro? (Entrevista com Esther Solano). *Deutsche Welle*, 3 out. 2018. Disponível em: <https://p.dw.com/p/35vIk>. Acesso em: 23 set. 2019.

MARTELLO, Alexandro. Nova lei trabalhista deve gerar mais de 6 milhões de empregos, diz Meirelles. *GI, Economia*, 30 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/nova-lei-trabalhista-vai-gerar-mais-de-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2019

MAZUI, Guilherme. Em Davos, Temer afirma que governo vai “batalhar dia e noite” para aprovar a reforma da Previdência. *GI, Brasília, DF*, 14 jan. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/em-davos-temer-afirma-que-governo-vai-batalhar-dia-e-noite-para-aprovar-a-reforma-da-previdencia.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2019

MENDONÇA, Heloísa. 2 em cada 10 novas vagas no Brasil já oferecem trabalho por dias ou horas. *El País Brasil, Economia*, 18 ago. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/16/economia/1565912666_363357.html. Acesso em 28 ago. 2019

MONTES, Rocío. O laço de Paulo Guedes com os “Chicago boys” do Chile de Pinochet. *El País Brasil*, 31 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012_110097.html. Acesso em: 26 set. 2019.

POCHMANN, Marcio. Brasil registra maior aumento da desigualdade social desde 1960. *Pragmatismo Político*, 1 out. 2019. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/10/cresce-desigualdade-de-renda-no-brasil.html>. Acesso em: 6 out. 2019.

PORQUE é errado comparar o orçamento familiar ao orçamento público. [S.l.: s.n.], 2019. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal do Eduardo Moreira. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=742&v=9bbWSP-dOOO. Acesso em: 16 set. 2019.

POSE, Mirko. Economia política e falácias da agenda brasileira de ajustes. *Sul21*, 4 dez. 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2016/12/economia-politica-e-falacias-da-agenda-brasileira-de-ajustes-por-mirko-pose/>. Acesso em: 17 set. 2019

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 139-168. ISSN: 1808-8031

PROGRAMA de demissão voluntária do Itaú pode atingir até 6,9 mil funcionários. *O Globo*, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/programa-de-demissao-voluntaria-do-itaui-pode-atingir-ate-69-mil-funcionarios-23842809>. Acesso em: 28 set. 2019.

REFORMA da Previdência: o Brasil não pode esperar! *Agência CNI de Notícias*. 2 abr. 2019. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/reforma-da-previdencia-o-brasil-nao-pode-esperar>. Acesso em: 29 ago. 2019.

REFORMA protegerá os mais jovens, afirma o ministro Paulo Guedes. Segundo o chefe da equipe econômica, capturado pelas corporações, modelo atual de aposentadorias quebrou. *Correio Braziliense*, 30 maio 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxoyt7ox>. Acesso em: 22 out. 2019.

REVERBEL, Paula. Como é se aposentar no Chile, o 1º país a privatizar sua Previdência. *BBC Brasil*, 16 maio 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39931826>. Acesso em: 22 out. 2019.

SICSÚ, João. Porque é uma falácia compara a economia doméstica com a do governo. *Carta Capital*, 1 set. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaoporque-e-uma-falacia-comparar-a-economia-domestica-com-a-do-governo/>. Acesso em: 17 set. 2019.

SOARES, Ana Carolina. Conheça os empresários que apoiam Bolsonaro. *Veja*, São Paulo, 21 jun. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/teraco-paulistano/empresarios-bolsonaristas/>. Acesso em 14 set. 2019

TEMÓTEO, Antonio. Bancos lucram R\$ 109 bilhões em 12 meses, maior valor em 25 anos, diz BC. *UOL*, 10 out. 2019. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/10/10/bancos-lucraram-r-109-bilhoes-ate-junho-de-2019-informou-bc.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 21 out. 2019.

UNIVERSIDADES com “balbúrdia” terão verbas reduzidas, diz Weintraub. *Veja*, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>. Acesso em: 19 set. 2019.

VIEIRA, Inacio. Michel Temer disse que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou “Ponte para o Futuro”. *The Intercept-Brasil*, 22 set. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em: 27 set. 2019.

Bibliografia

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ARAÚJO, Matheus Alexandre; PEREIRA, Vanessa dos Santos. Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 125-136, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8CXYzdgrbvBfHhKvc5Z588s/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 27 jul. 2019.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 139-168. ISSN: 1808-8031

BLYTH, Mark. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. Tradução: Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2018.

CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média, meritocracia e corrupção. *Crítica Marxista*, n. 46, p. 103-125, 2018. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2018_06_29_21_18_52.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

DWECK, Esther. Por que cortar gastos não é a solução para o Brasil ter crescido vigoroso? *Folha de São Paulo*, Opinião, 14 set. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/por-que-cortar-gastos-nao-e-a-solucao-para-o-brasil-ter-crescimento-vigoroso.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 14 set. 2019.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ŽIŽEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 179-226.

FIRMINO, Gustavo. Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes. *Política & Trabalho*, Revista de Ciências Sociais, n. 47, p. 209-227, jun./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/30466>. Acesso em: 19 set. 2019.

GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo*. Tradução: João Maia e Lúcia Klein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor; NASCIMENTO, Natassia. Mercado de trabalho, salário mínimo e estrutura tributária: impactos sobre o perfil distributivo brasileiro em perspectiva histórica. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 429-474, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311272019429>. Acesso em: 4 out. 2019.

McCLOSKEY, D. N. The Rhetoric of Economics. *Journal of Economic Literature*, v. 21, n. 2, p. 481-517, jun. 1983. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2724987>. Acesso em: 24 out. 2009.

Outros Tempos, vol. 18, n. 32, 2021, p. 139-168. ISSN: 1808-8031

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

OSTRY, Jonathan D.; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. Neoliberalism: Oversold? *Finance & Development*, v. 53, n. 2, June 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>. Acesso em: 12 set. 2019.

RIBEIRO, Márcio Moretto. Antipetismo e conservadorismo no Facebook. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política*: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 85-90.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Tradução de Álvaro L. M. Valis. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

SILVA, Augusto Soares da. Metáfora conceptual e ideologia: o caso dos discursos das políticas de austeridade na imprensa portuguesa. *Revista Investigações*, v. 28, n. 2, p. 1-35, jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1761>. Acesso em: 19 mar. 2019.